

**Faculdade de Direito da USP – FDUSP**  
**Exame de seleção para a Pós-Graduação - 2007**

**I N G L Ê S**

A prova consta de tradução de um texto e 20 questões em forma de teste de múltipla escolha. A tradução vale 60% da prova, ficando os demais 40% para os testes.

**Instruções**

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Em cada teste há 5 alternativas, sendo correta apenas uma.
- Preencha completamente o alvéolo, utilizando necessariamente caneta esferográfica (azul ou preta).



Certo



Errado



Errado

- Não deixe questões em branco.
- A devolução do caderno, no final da prova, é obrigatória.
- No final da prova, poderá ser levado **somente** o gabarito.
- Duração da prova: 2h30min.
- Não será permitido o uso de dicionários.

A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DESTA PROVA OCORRERÁ NO DIA 20 DE SETEMBRO NO SITE DA FUVEST ([www.fuvest.br](http://www.fuvest.br)). INFORMAÇÕES SOBRE A PROVA DISSERTATIVA DEVEM SER OBTIDAS JUNTO À COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO.

## TRADUÇÃO

The intersection between human rights and the environment is a chaotic and contested terrain. For many international human rights lawyers, it can best be mapped by clarifying new 'rights to the environment', such as rights to clean air and water, and a minimum standard of health. Whether such rights can ultimately be justiciable is a matter of debate.

For environmental philosophers, the terrain is less about expanding than contracting human rights, that is, clarifying and honouring ecosystem limits to individual human rights. The goal is to define not rights but responsibilities to care for the environment. Sometimes, these responsibilities are encapsulated in the 'rights of future generations' to inherit a living, life-sustaining planet.

For many public interest advocates, the human rights-environment terrain is about social justice. The allocation of environmental resources, like political and economic resources, is typically skewed towards the rich and powerful. This is as true within a nation as it is at the global level. The poor and marginal suffer the brunt of environmental pollution and natural resource degradation. Indeed, they often suffer outright expropriation of land, forests, fisheries and other natural resources. Moreover, because the rights of the poor to have a political voice receive the least protection, they are often least able to press for just compensation – or to just say 'no' to unwanted development.

**Rights and the environment: conflicts and norms in a globalizing world,**  
Lyuba Zarsky (ed.), London: Earthscan, 2002

**ATENÇÃO:** A tradução não pode ultrapassar o espaço a ela destinado.

### CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA TRADUÇÃO

- ✓ Compreensão geral do texto
- ✓ Compreensão específica de termos e estruturas
- ✓ Legibilidade do texto em português

## INGLÊS

Deliberation begins anew on the application of taxes to e-commerce. The Internet Tax Freedom Act ("ITFA") imposed a three-year moratorium on the imposition of taxes targeting the Internet. As the expiration of the ITFA approaches, legislatures and governmental agencies are formulating plans, the consequence of which will be one or more of three specific governmental actions. These actions will effectively implement both state and federal e-commerce tax policy.

The growth of e-commerce is reducing the ability of federal, state and local governments to raise revenue from traditional sources in traditional ways. Consequently, legislatures are reassessing specific tax policies with respect to e-commerce and asking how such policies may impede or facilitate economic objectives. To be specific, states have a renewed interest in the possibility of applying existing sales and use tax statutes to the state taxation of e-commerce. Similarly, federal legislators are reevaluating federal income tax statutes with an eye toward their application to e-commerce. This renewed interest and reevaluation has raised such questions as: When do e-transactions constitute taxable sales? What is the tax base for e-transactions, particularly those which involve the sale of services and/or intangible property? Which jurisdictions have the right to impose tax on e-transactions? What happens if more than one jurisdiction imposes a tax on an e-transaction? What are the sales/use tax collection responsibilities for an e-vendor? The answers to such questions will help to determine e-commerce tax policies. They will also determine whether the implementation of such policies will require legislative action, bureaucratic action, both, or neither.

**Harvard Journal of Law & Technology**, Volume 13,  
Number 3, Summer 2000

**01** A questão central do texto refere-se a

- a) comparação entre o volume de transações comerciais via internet e as transações tradicionais.
- b) redução do poder do Estado no controle da internet.
- c) implementação de políticas de cobrança de impostos para o comércio eletrônico.
- d) política governamental de expansão do comércio eletrônico.
- e) avaliação governamental da legalidade das vendas pela internet.

**02** O texto afirma que o ITFA

- a) expirou por causa das divergências entre agências governamentais e legislativo.
- b) resultou de deliberações recentes sobre a cobrança de impostos na internet.
- c) provocou a formulação de outras leis para a internet.
- d) foi formulado em conjunto com outros planos de governo para a internet.
- e) suspendeu por três anos a incidência de impostos sobre a internet.

**03** Segundo o texto, o crescimento do comércio eletrônico

- a) tem criado novas fontes de arrecadação de impostos para os governos.
- b) está levando os governos a reavaliar políticas específicas de impostos sobre esse tipo de comércio.
- c) fez com que o comércio tradicional também crescesse.
- d) está fazendo com que os governos (federal, estadual e local) estabeleçam novos objetivos econômicos.
- e) reverteu as expectativas das empresas de investir mais no comércio eletrônico.

**04** De acordo com o texto, os órgãos legislativos estaduais e federais

- a) não têm interesse em estimular as vendas pela internet.
- b) precisam rever seus objetivos de taxação de impostos sobre vendas tradicionais.
- c) estão reavaliando as políticas de cobrança de impostos que inibem o comércio eletrônico.
- d) têm interesse em aplicar impostos sobre vendas e usos, já existentes, ao comércio eletrônico.
- e) não devem modificar a legislação existente para a cobrança de impostos em vendas pela internet.

**05** Que tópico **NÃO** é abordado nas perguntas presentes no texto? (l. 22 a 29)

- a) As responsabilidades do comerciante da internet na coleta de impostos.
- b) O direito de determinadas jurisdições à imposição de impostos sobre o comércio eletrônico.
- c) O direito dos consumidores de recusar o pagamento de impostos nas transações eletrônicas.
- d) A base para a cobrança de impostos sobre transações eletrônicas.
- e) As circunstâncias em que transações eletrônicas constituem vendas.

**06** Em relação ao comércio eletrônico, o texto termina com

- a) previsões.
- b) respostas.
- c) propostas.
- d) conselhos.
- e) críticas.

While Europe is somewhat indeterminate as a legal concept, with respect to refugee law the European Union is the major actor in the region, although the Council of Europe provides protection guarantees for many people who fail to obtain refugee status consequent on the restrictive approach taken in EU Member States. In 2004, the EU finally produced the harmonized policies on qualification for refugee status or subsidiary protection, and on minimum procedures throughout the 25, called for in the 1997 Treaty of Amsterdam. The principal criticism of the approach of the EU towards refugees is that it has combined asylum with immigration. Immigration law is about controlling entry, whereas refugee law is about providing international protection. The absence of a supervisory tribunal to oversee the application of the 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and its interpretations of refugee law independently; harmonization, on the other hand, inevitably leads to equalizing down at the expense of the refugee when it is attempted to attune those independent approaches.

Taken together with the link to migration, particularly irregular migration, the focus within the EU is on numbers and on so-called 'bogus' asylum seekers. With an immigration control mentality driving refugee policy, it is little wonder that the approach of the European Union has consisted in part of measures designed to move decision-making to third states.

**The European Journal of International Law,**  
Vol. 15, nº 5, © EJIL 2004

**07** O tema central do texto refere-se à situação da União Européia no tocante

- a) às leis de imigração.
- b) às leis de refugiados.
- c) ao Tratado de Amsterdã.
- d) ao ingresso de novos membros.
- e) à imigração irregular.

**08** De acordo com o texto, os países membros da União Européia

- a) têm uma relação conflituosa com o Conselho da Europa.
- b) restringem cada vez mais as funções do Conselho da Europa.
- c) ditam as regras no que diz respeito às leis de refugiados.
- d) procuram atuar em bloco no que se refere à imigração.
- e) desrespeitam constantemente as leis de refugiados.

**09** O texto afirma que, em 2004, a União Européia passou a

- a) garantir asilo a refugiados provenientes de quaisquer países.
- b) contestar algumas medidas do Conselho da Europa de proteção a refugiados.
- c) exigir o compromisso dos 25 países membros para o cumprimento do Tratado de Amsterdã.
- d) adotar políticas uniformes na qualificação da condição de refugiado.
- e) discutir novas medidas de restrição à imigração na tentativa de adotar procedimentos comuns.

**10** Conforme o texto, a União Européia tem sido criticada pelo fato de

- a) não distinguir asilo a refugiados de imigração.
- b) controlar excessivamente a imigração.
- c) ter demorado a aplicar a Convenção de 1951.
- d) ter criado sistemas de supervisão acima dos países membros.
- e) conceder proteção internacional em poucos casos.

**11** Segundo o texto, o foco das medidas adotadas pela União Européia está

- a) na melhoria nas condições de vida dos refugiados e imigrantes já existentes.
- b) no controle do número de refugiados e de pedidos falsos de asilo.
- c) na harmonização entre a legislação dos países membros e a Convenção de 1951.
- d) no combate à imigração irregular de um país membro para outro.
- e) na tentativa de manter leis independentes, por país, de imigração e de refugiados.

**12** No que diz respeito à União Européia, o texto critica a

- a) indecisão na concessão de asilo a refugiados.
- b) ausência de políticas adequadas para o atendimento a imigrantes e refugiados.
- c) falta de apoio da comunidade internacional.
- d) falta de controle para impedir a imigração irregular.
- e) mentalidade de controle imigratório aplicada à política de asilo a refugiados.

**13** No texto, a palavra "whereas" (l. 13) estabelece uma relação de

- a) alternância.
- b) causa.
- c) adição.
- d) contraste.
- e) condição.

**14** No texto, a expressão "it is little wonder" (l. 25-26) pode ser traduzida corretamente por:

- a) É pouco provável.
- b) Não se consegue imaginar.
- c) É digno de nota.
- d) Pergunta-se até que ponto.
- e) Não é de se admirar.

Demonstrative evidence can make a difference in court, and in recent times judges have grappled with the technology that can be employed to present such evidence to juries. As exemplified by a recent decision by the Supreme Court of Pennsylvania, the current trend is to allow computer-generated animation (CGA) for demonstrative purposes.

5

In the case of *Commonwealth of Pennsylvania v. Serge*, the defendant was arrested and charged with the murder of his wife. She had been shot three times and killed inside their house. The Commonwealth filed a motion with the trial court seeking to present the prosecution's theory of the fatal shooting through a CGA based on both forensic and physical evidence.

10

A CGA is a series of drawings created by a computer that, when assembled frame-by-frame, produce an image of motion. The image is a graphic representation depicting previously formed opinions of witnesses. Thus, a CGA is only as reliable as the underlying testimony it seeks to represent. Unlike a computer-generated simulation, a CGA does not calculate an outcome or come up with a conclusion.

15

20

The trial court granted the motion, allowing the CGA into evidence and requiring that it be a fair and accurate depiction of expert reconstructive testimony and that it not include any inflammatory features that could cause unfair prejudice.

25

CNN.com – Law Center, May 29, 2006

**15** Segundo o texto, a tecnologia de animação gerada por computador (CGA)

- a) tem sido utilizada em tribunais para auxiliar a apresentação de provas.
- b) tem causado dor de cabeça a juízes que não a aprovam.
- c) pode vir a substituir os testemunhos presenciais em alguns casos.
- d) permite aos jurados tirarem dúvidas sobre a cena do crime.
- e) pode levar a distorções sérias na apresentação de provas em tribunais.

**16** No julgamento citado no texto, o réu

- a) foi beneficiado pelo uso do recurso de CGA.
- b) foi acusado de matar a esposa com três tiros.
- c) conseguiu provar que não tinha estado na cena do crime.
- d) apresentou gravações em computador como prova.
- e) foi interrogado com base nas provas apresentadas em CGA.

**17** De acordo com o texto, uma animação gerada por computador (CGA)

- a) representa o local do crime em detalhes.
- b) produz imagem em movimento a partir de fotografias.
- c) tem de ser apresentada junto com desenhos eletrônicos.
- d) representa graficamente as opiniões fornecidas por testemunhas.
- e) requer a aprovação das testemunhas para ser utilizada.

**18** O texto afirma que, no julgamento mencionado, a Suprema Corte da Pensilvânia

- a) permitiu o uso do recurso de CGA pela promotoria.
- b) requereu a reconstrução detalhada do crime na forma de CGA.
- c) recusou provas apresentadas na forma de CGA por seu exagero.
- d) entendeu que o recurso de CGA causou prejuízo à defesa.
- e) solicitou a análise de peritos sobre a confiabilidade do recurso de CGA.

**19** O texto relata

- a) uma ocorrência excepcional no direito penal.
- b) um julgamento tumultuado.
- c) uma decisão judicial modelar.
- d) um veredicto controverso.
- e) uma tendência atual em tribunais.

**20** O pronome "it" (l. 19), utilizado no texto, refere-se a

- a) representação gráfica.
- b) testemunho.
- c) animação gerada por computador.
- d) computador.
- e) série de desenhos.